

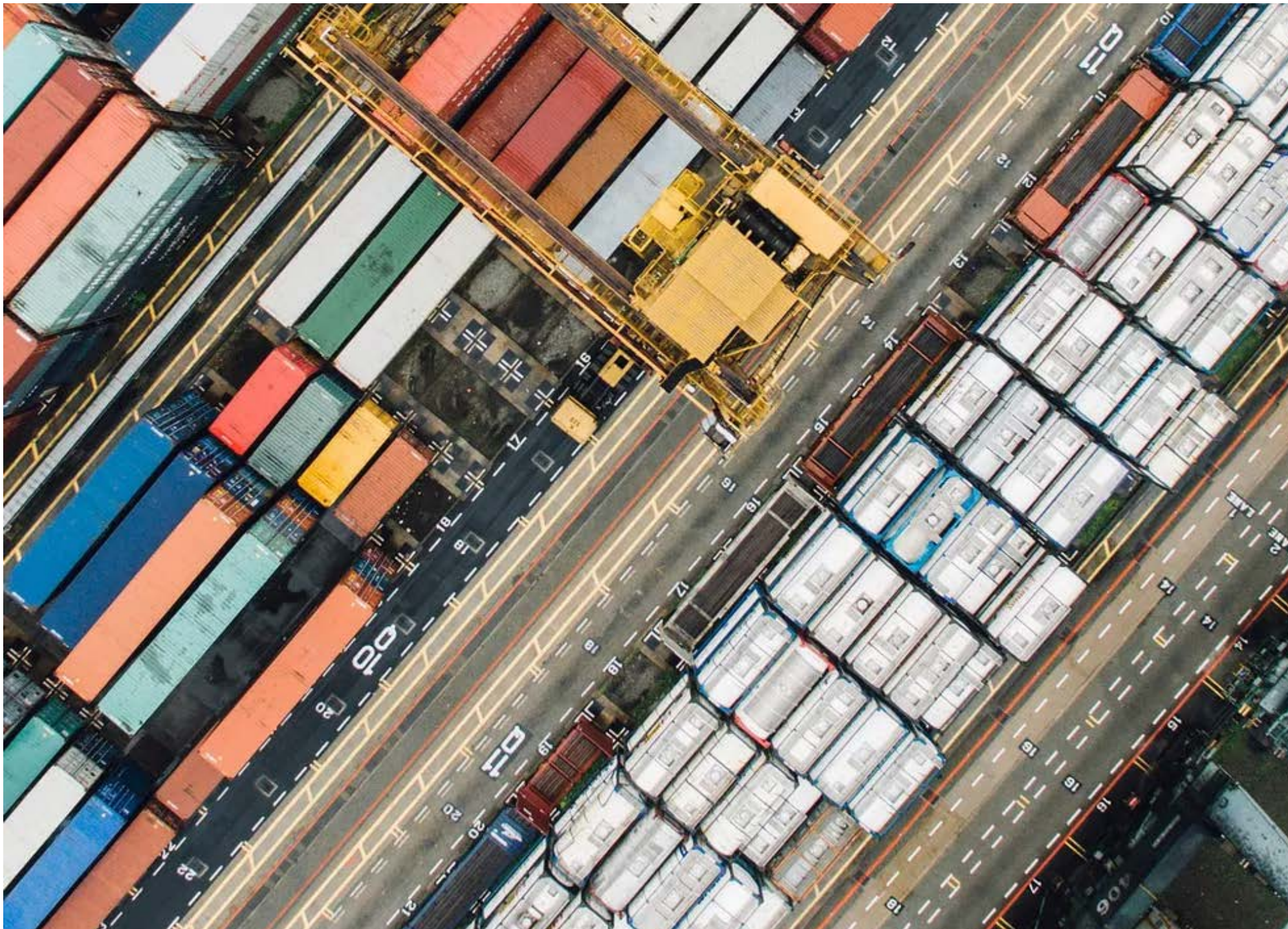
# Mercosul: caindo na real

A melhor forma de destruir o bloco é manter o status quo

Por Maurício Moreira, Sandra Rios e Pedro Motta Veiga

09/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas







— Foto: Pixabay

No ano em que o Mercosul completa 30 anos, o dilema central, do ponto de vista econômico e comercial, do projeto de integração regional mais uma vez se explicita, a partir da proposta brasileira de redução linear de 20% das alíquotas da Tarifa Externa Comum, mais conhecida como TEC.

Trata-se de proposta de ambição modesta: uma tarifa de 20% seria reduzida, em duas etapas, para 16%, outra, de 12% cairia para 9,6%. No entanto, tal constatação não evitou questionamentos à proposta, nem tentativas de diluí-la em fórmulas ainda mais tímidas. Pior ainda, argumenta-se que a reforma da TEC, nos moldes propostos, colocaria em risco a sobrevivência do Mercosul.

## Não há mágica que faça a soma de instituições nacionais débeis resultar em instituições regionais robustas

A TEC é apenas um dos componentes do processo de integração e ela certamente não faz parte dos “melhores momentos” da história do bloco. A TEC é a tarifa brasileira que emerge da reforma unilateral de Collor, imposta diplomaticamente aos demais países do Mercosul, com algumas adaptações e exceções para acomodar interesses específicos destes.

Com um nível de proteção que figura entre os mais elevados do mundo, a TEC favorece setores sem nenhum critério econômico claro a não ser, talvez, aquele ditado pela força dos lobbies ou pela herança 'maldita' do regime de substituição de importações brasileiro. Existe uma volumosa literatura empírica que sugere que tais características inibem ganhos de produtividade, particularmente aqueles associados à competição e ao desenvolvimento de cadeias de valor - não por acaso um fenômeno raro no Mercosul.

Tampouco favorece a integração das economias dos países-membros ao mundo, através do comércio. De um lado, a proteção caótica promove a substituição de fornecedores competitivos globais por alternativas regionais ineficientes, com consequências desastrosas ao longo da cadeia, em particular para os consumidores. De outro, em nada contribui para integrar a região à economia global através das exportações.

Quando criado, o Mercosul se apresentava como uma plataforma regional de integração ao mundo, uma espécie de primeiro estágio da integração, com riscos moderados para os produtores domésticos - especialmente os brasileiros. A esse primeiro passo - regional - deveria se seguir o crescimento do comércio com o resto do mundo, especialmente através das exportações.

No entanto, estimativas recentes do BID, que buscam isolar com rigor estatístico o impacto do bloco sobre as exportações para o resto do mundo, apontam um efeito negativo, sugerindo que os almejados ganhos de escala, que permitiriam expandir e diversificar as exportações para o resto do mundo, não se materializaram.

Além disso, a própria ideia de uma Tarifa Externa Comum só adquire sentido pleno como parte de uma política comercial comum posta em prática pelos países-membros de uma União Aduaneira. No Mercosul, os países-membros mantiveram grande parte do seu arsenal de medidas não tarifárias impostas às importações originárias fora do bloco e, em certos momentos, também ao comércio entre os países do bloco.

Apenas a União Europeia logrou implementar com sucesso um projeto de integração com este perfil e nele a política comercial comum é efetiva e não uma peça de ficção. Se há algo que nos ensinou a história destes últimos 30 anos é a inutilidade de se tentar reproduzir a experiência europeia de integração, com sua união aduaneira e todos os requisitos institucionais e políticos que o funcionamento desse modelo exige. Não há mágica que faça com que a soma de instituições nacionais dê resultado em instituições regionais robustas. Tampouco é possível evitar que a falta de consenso sobre fundamentos econômicos básicos - não só entre governos, mas entre eles e as suas oposições domésticas - sabote a coordenação macroeconômica e os esforços de implementação.

Há muito o que preservar na experiência do Mercosul - mas a TEC tem pouco ou nada a ver com o lado positivo da história. Antes de tudo, há o efeito político da constituição do bloco: a superação da hipótese de conflito entre Brasil e Argentina, que nunca dependeu da TEC para se concretizar (e seria bom evitar politizar a discussão atual sobre a TEC para evitar despertar fantasmas do passado, que andam em voga no Brasil).

Na esfera econômica e comercial, a zona de livre comércio, que nada depende do aparato supragovernamental ou da união aduaneira, já deu clara evidência de dinamismo. O BID estima que a remoção das tarifas aumentou o comércio intrarregional em cerca de 40% em média, apesar de este ainda conviver com restrições de peso em áreas como açúcar e automóveis - este último setor responsável em média por 20% dos intercâmbios do bloco.

Além disso, recentemente se fez esforço louvável para avançar na integração internacional do bloco através de novos acordos como aquele assinado com a União Europeia. Não se pode, no entanto, ignorar que a negociação levou mais de duas décadas, ainda tem futuro incerto e seus impactos econômicos demorarão a se fazer sentir.

Apesar das limitações do que se conquistou, esses ativos representam, em um ambiente de falta de consenso e volatilidade política entre os sócios, a parte do Mercosul que nos interessa preservar. E a revisão da TEC não questiona, nem revoga essas conquistas. Se não há consenso entre os sócios sobre a reforma a promover no curto prazo, após mais de um ano de discussões, liberar os membros para que promovam revisões tarifárias com velocidades e tempos distintos não significa retrocesso.

O que parece certo é que a melhor forma de destruir o Mercosul é manter o status quo. O acordo como está não fica de pé. O presidente uruguaio, Lacalle Pou, não poderia ter sido mais feliz: “O Mercosul não pode ser um espartilho que não nos deixe crescer”. A estratégia do “mau acordo” para evitar uma “boa briga” pode ser fatal para o projeto de integração.

*\* As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do BID.*